Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 27 | abril de 2021

71

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia
Ministro Paulo Guedes

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
André Reis Diniz

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável
Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros
Felipe Mendonça Russo
Lauro Ramos
Sandro Pereira Silva
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio
Bruna de Souza Azevedo
Carolina Lopes de Carvalho Vital
Gabriela Carolina Rezende Padilha
Maíra Albuquerque Penna Franca
Leandro Pereira da Rocha

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2021

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).
Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)
ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

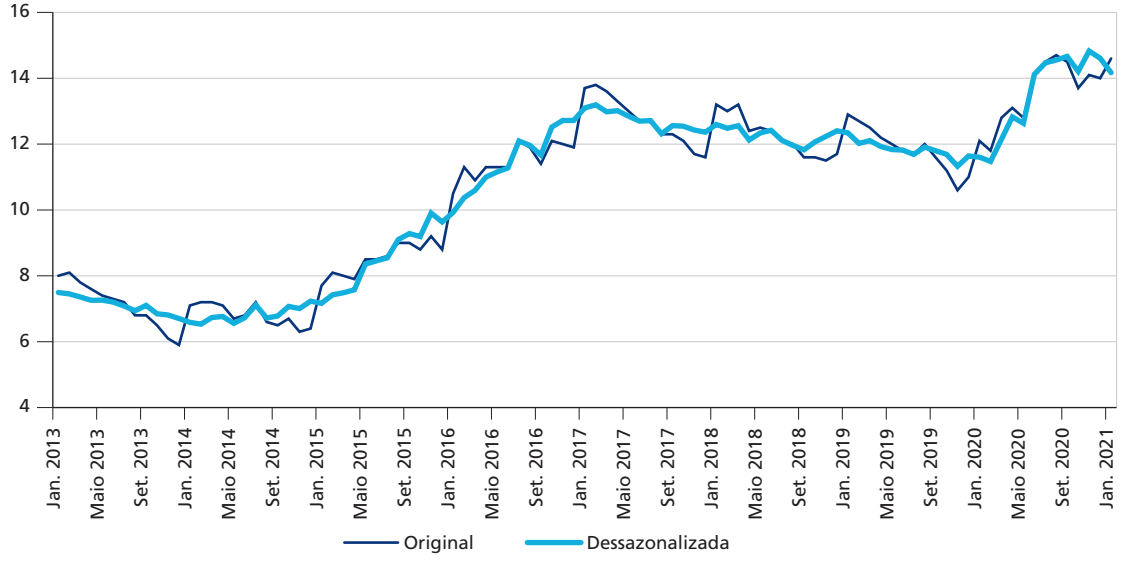
É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO[1]

1 ASPECTOS GERAIS

O mercado de trabalho fechou 2020 e iniciou 2021 sob os efeitos combinados da aceleração das mortes pela Covid-19 e da interrupção, na virada do ano, das principais medidas temporárias para a mitigação de seus efeitos econômicos e sociais. Os dados mais recentes mostram que, embora se verifique uma leve recuperação da população ocupada a partir de agosto de 2020, o mercado de trabalho brasileiro segue deteriorado, combinando desemprego elevado, crescimento da subocupação e do desalento e massa salarial em desaceleração. A partir das estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por trimestre móvel, após mensalizar e dessazonalizar a taxa de desocupação, nota-se que esta ficou em 14,2% em janeiro, um dos maiores valores alcançados desde o início da série em 2012 (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Taxa de desocupação
(Em %)



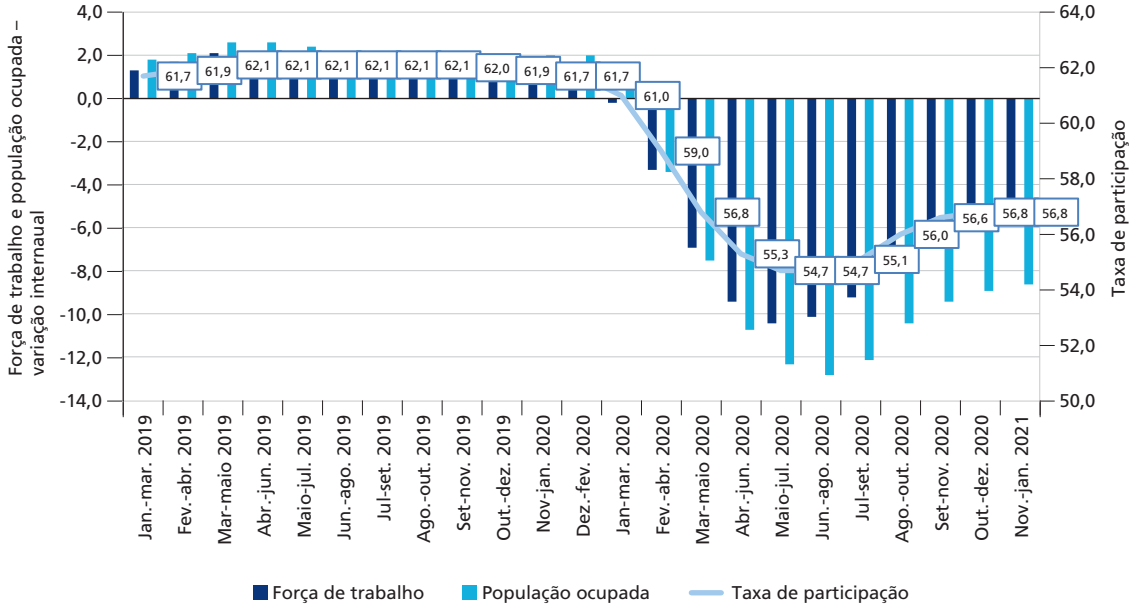
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Mesmo em patamar elevado, a taxa de desocupação vem sendo beneficiada pela retração da força de trabalho, impactada pelos efeitos da pandemia. No último trimestre de 2020, a força de trabalho (que contempla a população ocupada e a que está à procura de emprego) recuou 5,7%, na comparação anual, ante uma queda de 8,9% da ocupação (gráfico 2). Ou seja, ao longo de 2020, em termos líquidos, 10,9 milhões de pessoas saíram do mercado de

1. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/bmt71/analisedomercado

trabalho e, por conseguinte, das estatísticas de desemprego. Dessa forma, a expectativa é de que, com a adoção de um auxílio emergencial mais curto e de menor valor, conjugado ao avanço da vacinação e ao relaxamento das medidas de isolamento social, a partir do segundo semestre, boa parte dessa população retorne ao mercado de trabalho à procura de uma nova colocação, gerando uma expansão do contingente de desocupados, e, por conseguinte, uma elevação da taxa de desemprego. Por certo, partindo-se da hipótese de que, ao longo do ano passado, a força de trabalho tivesse apresentado uma taxa de crescimento similar à registrada nos três meses anteriores à pandemia (1,1%), no último trimestre de 2020 a taxa de desocupação apurada seria de 19,7%.

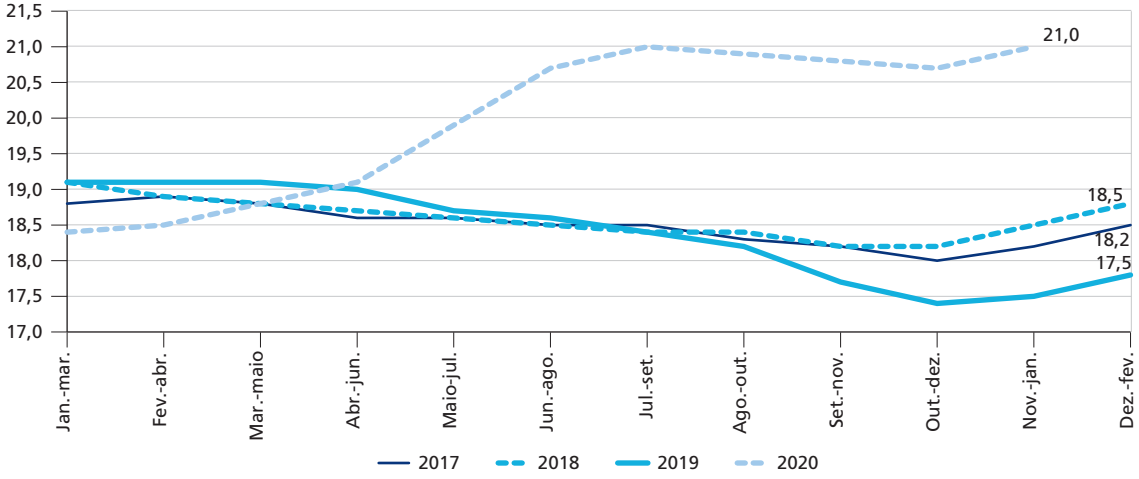
GRÁFICO 2
Indicadores do mercado de trabalho
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Assim como vem ocorrendo com a desocupação, as medidas de subocupação também registram uma piora de desempenho ao longo de 2020. Apesar de apontar uma ligeira desaceleração na margem, a taxa combinada de desemprego e subocupação ficou em 20,7% no último trimestre do ano passado, avançando 3,3 pontos percentuais (p.p.) na comparação com o mesmo período de 2019 (gráfico 3).

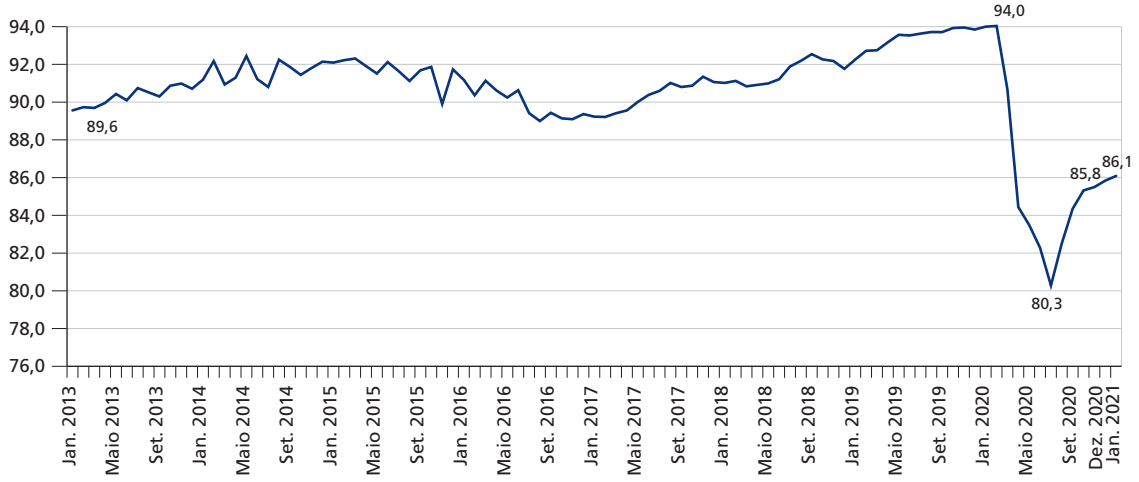
GRÁFICO 3
Taxa combinada de desocupação e subocupação
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Em relação à ocupação, a PNAD Contínua mostra que, apesar do forte recuo registrado em 2020, já se verifica recuperação a partir de agosto. De acordo com os dados dessazonalizados, após atingir, em julho de 2020, o menor valor da série – 80,3 milhões –, a população ocupada voltou a crescer a partir de agosto, de modo que em dezembro o contingente de ocupados era de 85,8 milhões (gráfico 4). Não obstante essa recuperação, o nível da ocupação ainda ficou 6 p.p. abaixo do observado no final do ano anterior, segundo a PNAD Contínua.

GRÁFICO 4
População ocupada dessazonalizada – PNAD Contínua
(Em 1 milhão de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

BOX 1

Fluxos de permanências e transições individuais na PNAD Contínua

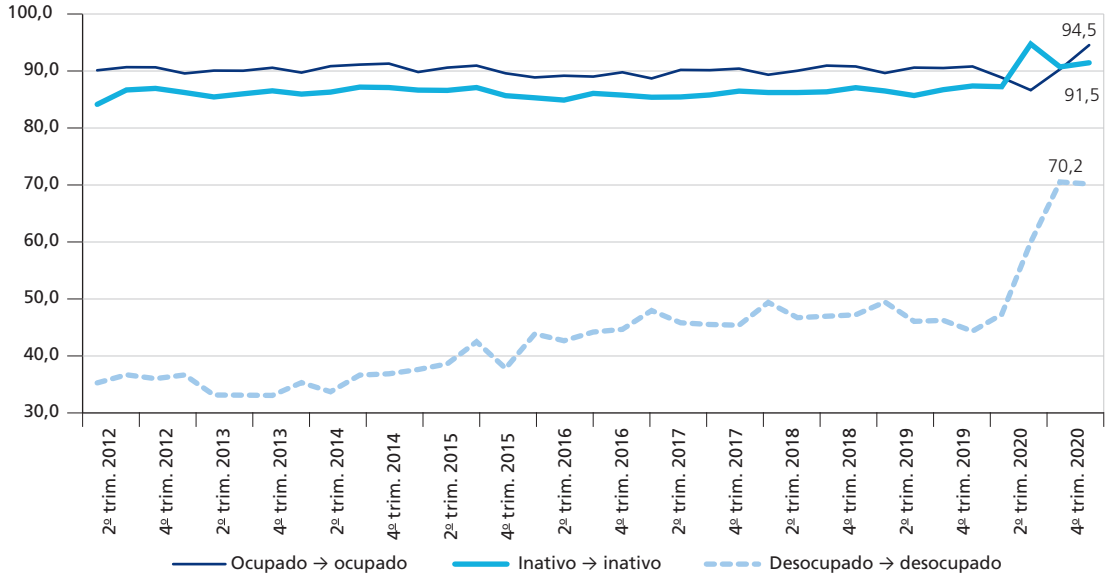
Entre as pessoas que estavam ocupadas no trimestre anterior, a proporção que se manteve ocupada atingiu 86,6%, seu menor nível desde o início da série da PNAD Contínua no segundo trimestre de 2020 (gráfico 5). Depois disso, entretanto, a proporção que permanece ocupada sobe e atinge seu maior nível histórico no quarto trimestre (94,5%). Isso sinaliza que, para o contingente de trabalhadores que conseguiu se manter ocupado no pior momento da crise em 2020, a probabilidade de perder seu posto nos trimestres seguintes foi bem menor.

Em compensação, as proporções de pessoas que permanecem desocupadas (70,2%) ou inativas (91,5%) sustentam-se, no quarto trimestre de 2020, próximas a patamares historicamente altos já registrados no trimestre anterior. A permanência como inativo já havia recuado, no terceiro trimestre de 2020, do pico de 94,7% alcançado no segundo. A proporção que se mantém desocupada, por sua vez, já havia alcançado 70,5% no segundo trimestre, um recorde muito superior ao do período pré-pandemia, de 49,5% no primeiro trimestre de 2019.

GRÁFICO 5

Permanências como ocupado, inativo e desocupado em dois trimestres consecutivos

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

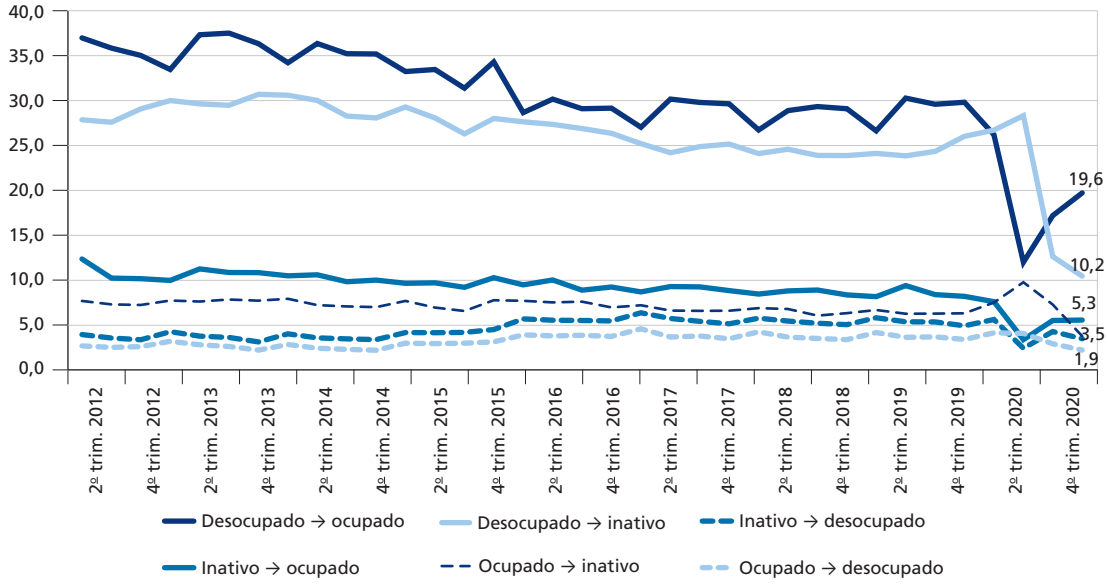
O gráfico 6 destaca os fluxos de transições das mesmas pessoas entre diferentes condições, sempre em percentual do total de pessoas em cada origem. A proporção de desocupados que deixa de procurar trabalho e migra para a inatividade, após ter atingido o pico de 28,2% no segundo trimestre de 2020, segue em queda até o fim do ano, quando atinge seu menor nível histórico (10,2%). Com movimentos opostos, o percentual de desocupados que conseguem uma ocupação atingiu seu mínimo no segundo trimestre e recupera-se parcialmente desde então, chegando a 19,6% no fim de 2020.

As condições de ocupado e fora da força costumam ser mais estáveis entre trimestres consecutivos, com menores percentuais transitando dessas origens para outras condições de destino. Nesses casos também, a segunda metade de 2020 registrou tendências opostas às do segundo trimestre. Destaque-se, por exemplo, a transição de ocupado para inativo, que atingiu seu ápice de 9,6% no segundo trimestre e depois caiu até 3,5%, seu menor nível na série da PNAD Contínua.

(Continua)

(Continuação)

GRÁFICO 6
Transições entre ocupado, inativo e desocupado em dois trimestres consecutivos
(Em %)

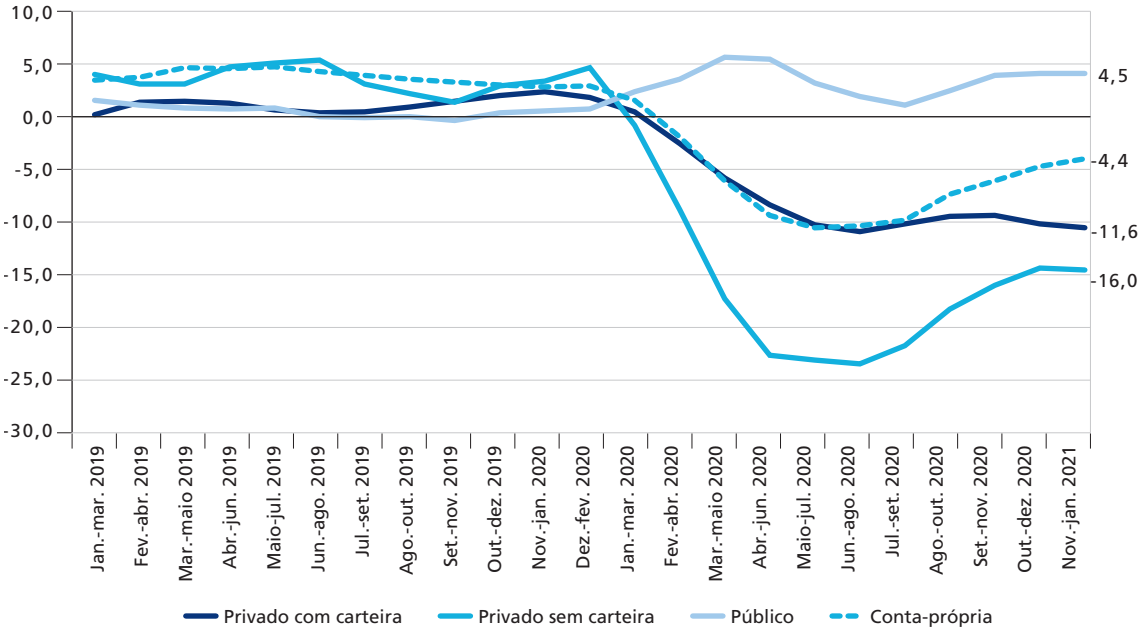


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Uma análise mais desagregada da população ocupada medida pela PNAD Contínua revela que, embora à exceção dos empregados no setor público, todos os demais grupos tenham apontado retração da ocupação em 2020, esta se deu com intensidade distinta entre os segmentos (gráfico 7). Como esperado, a maior queda ocorreu entre empregados sem carteira do setor privado, tendo em vista que a maior parte desses trabalhadores está inserida nos setores de serviço, em especial os relacionados aos serviços pessoais e de alimentação, e comércio, justamente os mais afetados pelas medidas de isolamento social.

De modo geral, observa-se, nos últimos meses, que tanto a população empregada no setor privado quanto a que trabalha por conta-própria interromperam movimentos de recuperação iniciados em meados do ano passado, refletindo, provavelmente, a constatação de que o controle da pandemia demoraria mais tempo para ocorrer. No caso dos empregados no setor público, a expansão da ocupação está ligada, sobretudo, à contratação de profissionais de saúde em face ao forte aumento do número de pacientes.

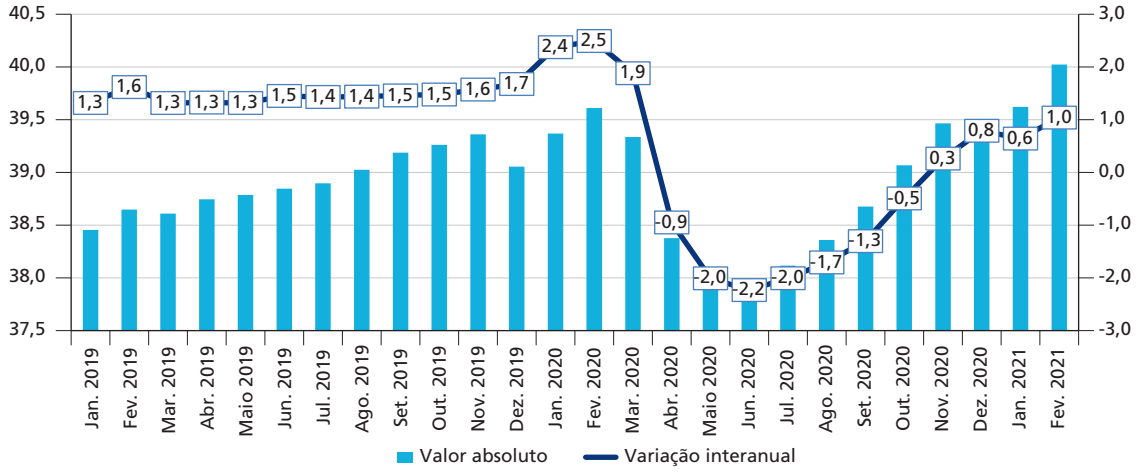
GRÁFICO 7
População ocupada por vínculo empregatício – PNAD Contínua
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.
Obs.: Taxa de variação interanual.

Deve-se ressaltar, entretanto, que os dados da Secretaria de Trabalho mostram um desempenho do emprego formal muito melhor do que o retratado pela pesquisa do IBGE. De acordo com os dados do Novo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Novo Caged), nos últimos doze meses, encerrados em fevereiro, a economia brasileira criou aproximadamente 412 mil novos empregos com carteira assinada, com destaque para a indústria de transformação e a construção civil que juntas geraram 299 mil vagas, mais do que compensando a perda de 108 mil postos no setor de serviços. Com a incorporação desse resultado, em fevereiro de 2021, o estoque de trabalhadores formais medido pelo Novo Caged chegou a 40 milhões, avançando 1,0% na comparação com o mesmo mês do ano anterior e, com isso, já superando os níveis pré-pandemia (gráfico 8).

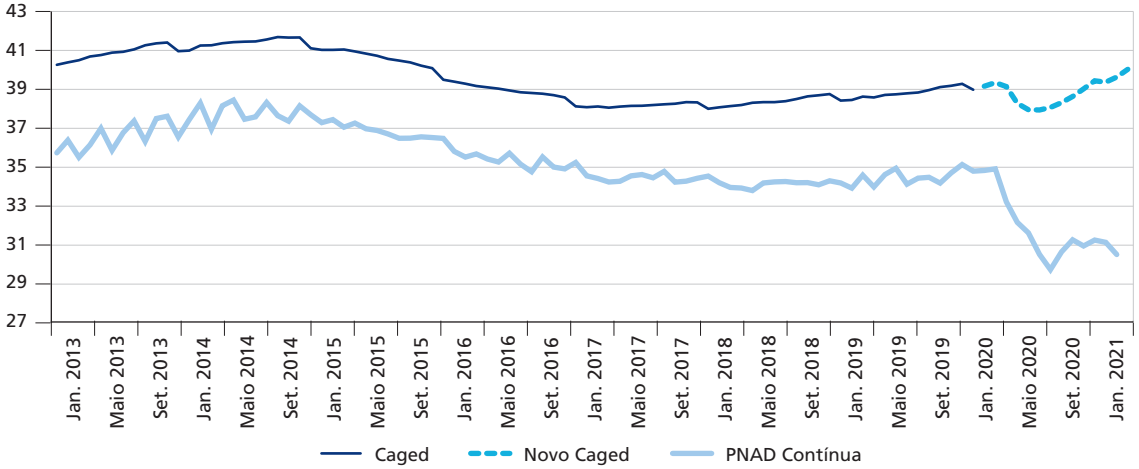
GRÁFICO 8
Estoque de empregos formais – Caged e Novo Caged (jan. 2019-fev. 2021)



Fontes: Caged e Novo Caged/Secretaria de Trabalho.
Elaboração: Ipea.
Obs.: Valor absoluto = em milhões de pessoas; e variação interanual = em porcentagem.

Por certo, embora a diferença entre as duas pesquisas não seja algo incomum ao longo do tempo, na maioria das vezes, essa divergência esteve muito mais associada ao nível do que à trajetória. No entanto, a partir de 2020, houve um grande descolamento entre as curvas (gráfico 9). Após indicar uma queda da ocupação formal bem superior à sinalizada pelo Novo Caged no primeiro semestre do ano passado, a PNAD Contínua apontou uma recuperação mais leve e breve, de modo que, em janeiro de 2021, já voltou a registrar recuo no contingente de trabalhadores com carteira assinada, contrastando fortemente com o cenário de recuperação intensa e continuada delineado pelo Novo Caged.

GRÁFICO 9
Estoque de trabalhadores formais nos setores público e privado
(Em 1 mil pessoas)

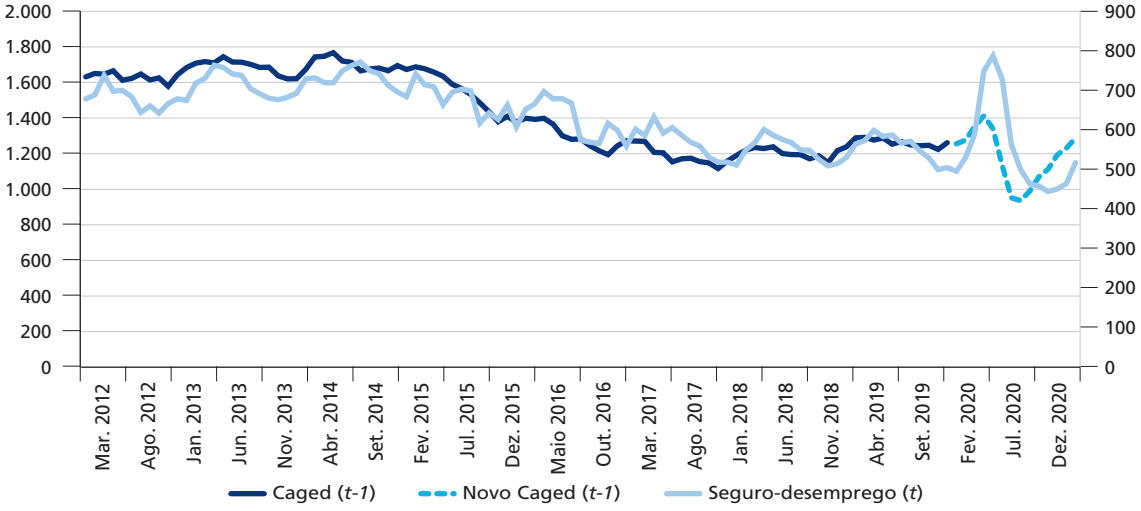


Fontes: PNAD Contínua/IBGE, Caged e Novo Caged/Secretaria de Trabalho.
Elaboração: Ipea.

Deve-se ressaltar, todavia, que o afastamento das trajetórias das duas fontes aconteceu no mesmo momento em que a pandemia exigiu que o IBGE substituísse entrevistas presenciais por telefônicas e, simultaneamente, foi adotada a nova metodologia desenvolvida pelo Caged, conforme o cronograma predefinido. Assim, a combinação dos dois fatores pode explicar parte da divergência recente entre as duas fontes. Existe ainda a possibilidade de subnotificações de demissões registradas pelo Novo Caged, uma vez que a eclosão da crise provocou o fechamento de muitas empresas ao longo de 2020 e a comunicação de parte desses empregos perdidos poderá ocorrer somente no momento da declaração da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), cujo prazo final é em 12 de abril de 2021.

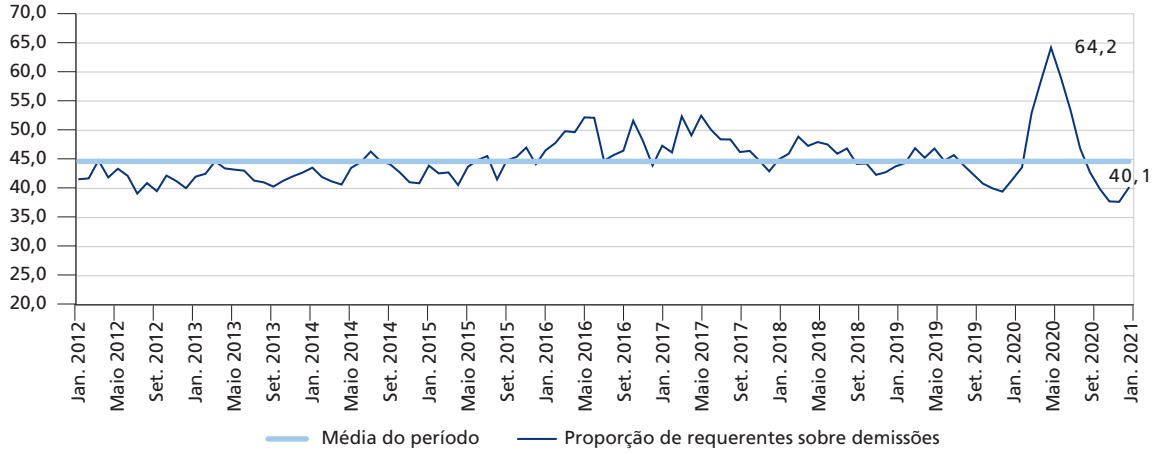
Com efeito, a partir das estatísticas extraídas da base do seguro-desemprego, observa-se que, em uma perspectiva de mais longo prazo, também houve, em 2020, um descolamento entre as curvas do Caged e do seguro-desemprego, indicando que, em um primeiro momento, a solicitação de novos pedidos de seguro-desemprego acelerou proporcionalmente mais que o ritmo de demissões apontados pelo Novo Caged (gráfico 10). Entretanto, na margem, os dados parecem sinalizar uma volta à normalidade. Após atingir 64% em julho de 2020, a parcela de solicitações de seguro-desemprego em relação ao contingente de demitidos registrado pelo Novo Caged recuou para 40% em março de 2021 (gráfico 11), já bem próxima da média de 45% observada no período pré-pandemia (2012-2019). Dessa forma, o aumento da discrepância em 2020 poderia refletir efeitos heterogêneos da pandemia nas diferentes metodologias utilizadas pelas duas fontes, de modo que, à medida que a pandemia seja contida, as séries possam vir a convergir novamente para trajetórias similares.

GRÁFICO 10
Demissões Caged e Novo Caged *versus* requerentes do seguro-desemprego
(Em 1 mil pessoas)



Fontes: Caged, Novo Caged e seguro-desemprego/Secretaria de Trabalho.
Elaboração: Ipea.

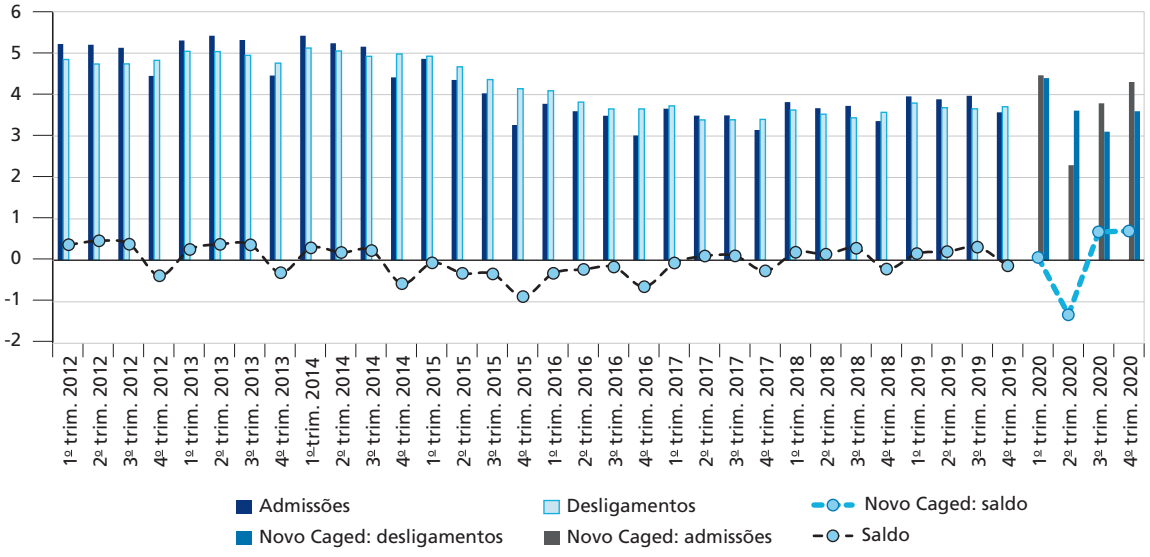
GRÁFICO 11
Quantidade de requerentes como proporção das demissões do Caged e Novo Caged – seguro-desemprego
(Em %)



Fontes: Caged, Novo Caged e seguro-desemprego/Secretaria de Trabalho.
Elaboração: Ipea.

Explorando em mais detalhes os dados do Caged e do Novo Caged, o gráfico 12 ilustra a movimentação registrada dos vínculos formais no Brasil. Após forte resultado negativo no segundo trimestre de 2020, causado principalmente pela queda nas admissões, o terceiro e o quarto trimestres apresentam saldos positivos em torno de 700 mil novos vínculos.

GRÁFICO 12
Admissões, desligamentos e saldo trimestral do emprego formal (1º trim. 2012-4º trim. 2020)
(Em milhões)

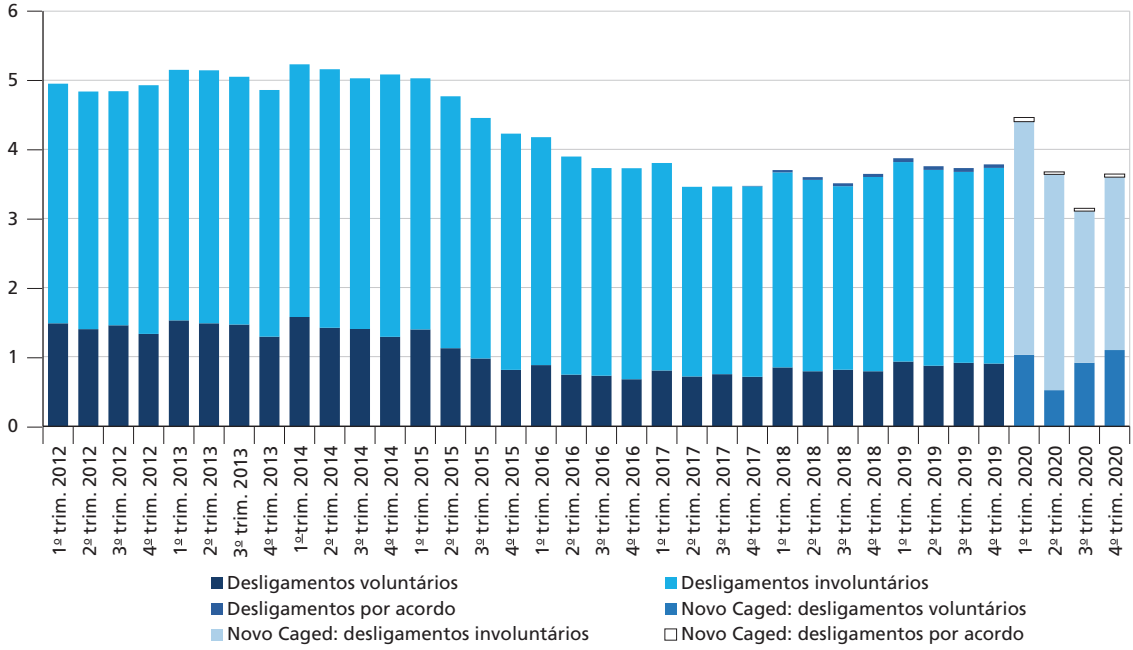


Fontes: Caged e Novo Caged/Secretaria de Trabalho.
Elaboração: Ipea.

O gráfico 13 mostra a evolução da quantidade de desligamentos do emprego formal, divididos em três categorias: i) voluntários (por iniciativa dos empregados); ii) involuntários; e iii) por comum acordo. No terceiro trimestre de 2020, foi registrado um fluxo de 2,2 milhões de desligamento involuntários, o que representa uma redução tanto em relação ao trimestre imediatamente anterior como em relação ao terceiro trimestre de 2019. Já no quarto trimestre de 2020, os desligamentos involuntários voltaram a crescer, mas atingindo 2,5 milhões, volume ainda inferior ao mesmo período de 2019.

Em relação aos desligamentos voluntários, nota-se que, após uma queda no segundo trimestre de 2020, esse fluxo voltou a crescer na segunda metade do ano. No quarto trimestre de 2020, registrou-se um fluxo de 1,1 milhão de trabalhadores que se desligaram voluntariamente de seus empregos formais.

GRÁFICO 13
Desligamentos voluntários, involuntários e por comum acordo do emprego formal (1º trim. 2012-4º trim. 2020)
(Em milhões)

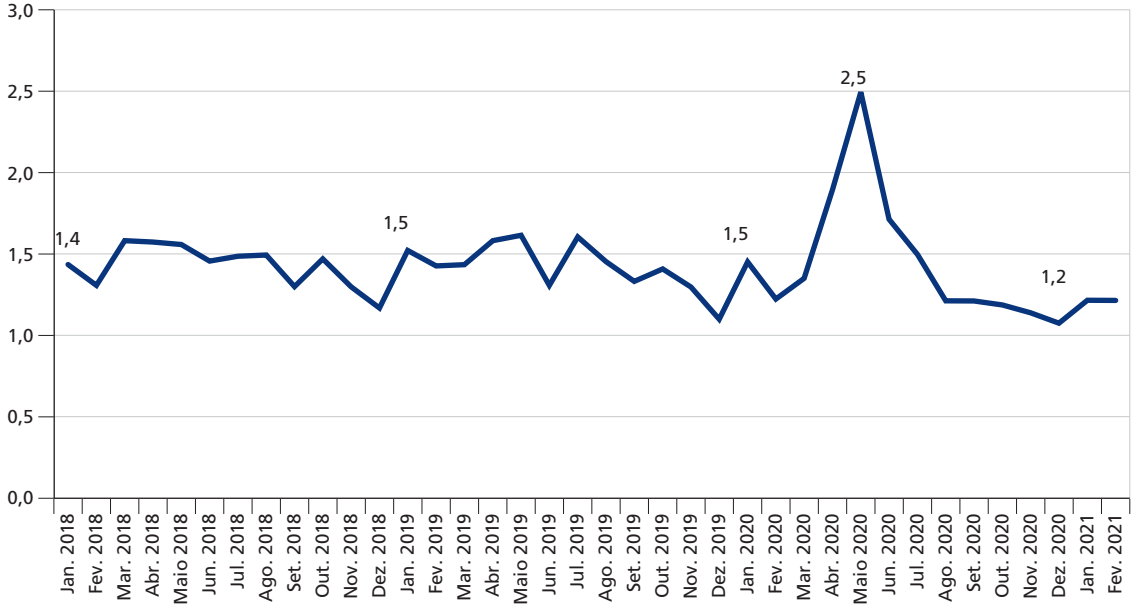


Fontes: Caged e Novo Caged/Secretaria de Trabalho.
Elaboração: Ipea.
Obs.: Desligamentos por comum acordo passam ser uma opção a partir de novembro de 2017.

Assim como o Caged e o Novo Caged, as estatísticas extraídas da base do seguro-desemprego também indicam que os efeitos negativos da crise sobre o mercado de trabalho formal já haviam praticamente se dissipado no final de 2020. De fato, segundo o gráfico 14, após acelerar fortemente em maio, o número de pedidos de desemprego como proporção do

estoque de trabalhadores celestistas não só retornou a níveis pré-crise, como o dado de janeiro de 2021 encontra-se em patamar abaixo do verificado nesse mesmo mês nos últimos três anos.

GRÁFICO 14
Quantidade de requerentes como proporção do estoque de trabalhadores celetistas – seguro-desemprego (jan. 2018-fev. 2021)
(Em %)

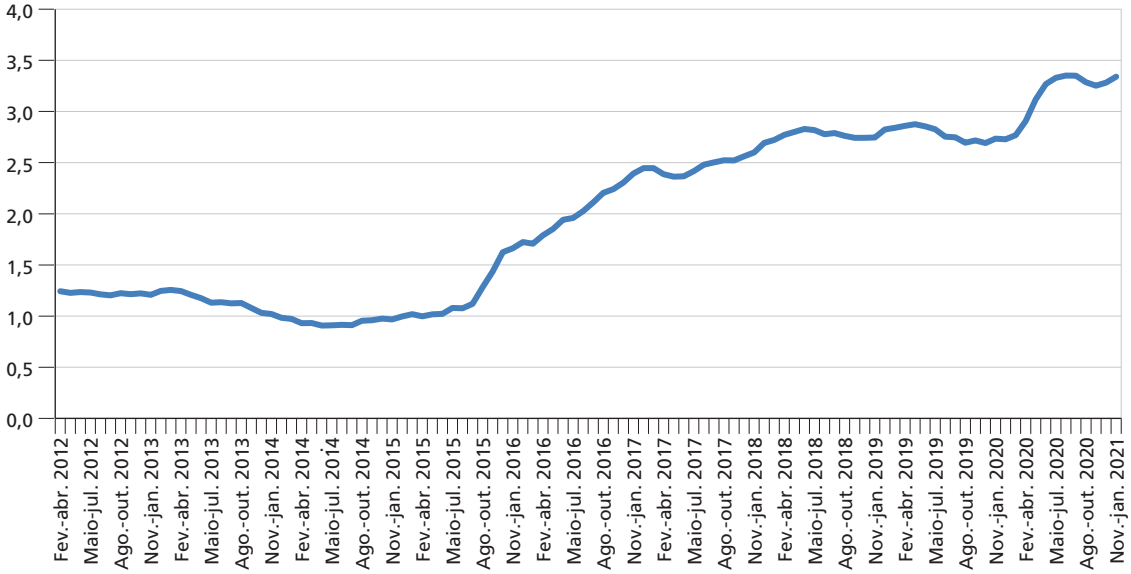


Fontes: Caged, Novo Caged e seguro-desemprego/Secretaria de Trabalho.
Elaboração: Ipea.

Também dentro desse contexto de deterioração do mercado de trabalho, o número de desalentados[2] no país em proporção da população em idade ativa (PIA) intensificou ainda mais sua trajetória de alta iniciada no fim de 2015 (gráfico 15). No quarto trimestre de 2020, 5,8 milhões de pessoas em idade de trabalhar – 3,3% da PIA – estavam fora da força de trabalho por conta do desalento. A partir dos microdados de transição, é possível identificar que esse aumento do desalento ocorreu pela elevação tanto do fluxo de saída de desempregados em direção à inatividade quanto do fluxo de indivíduos que saíram direto da condição de ocupados para a de inativos, sem nem passar pela desocupação, por motivos ligados ao desalento (gráfico 16).

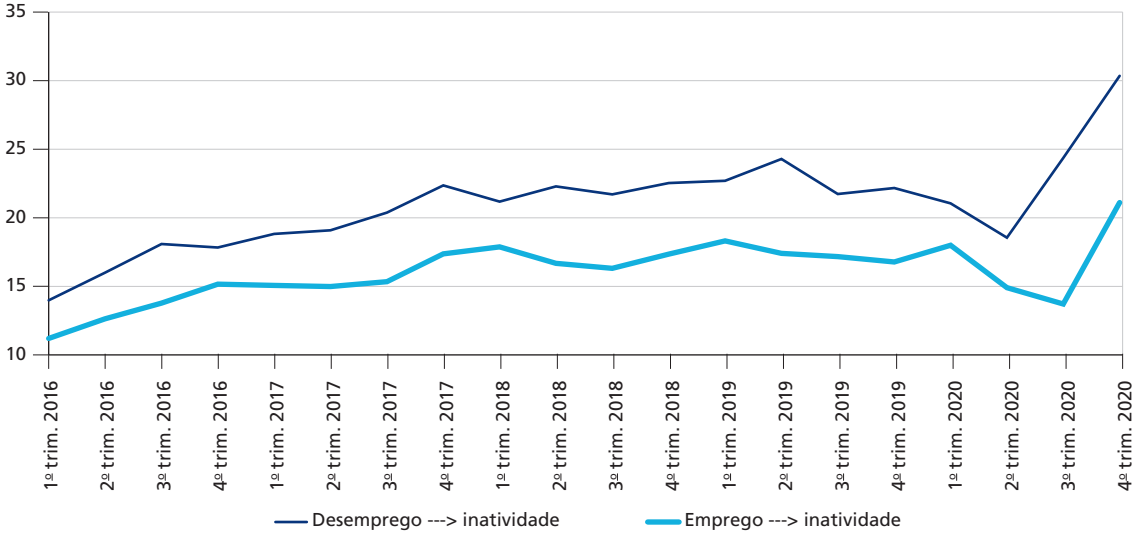
2. Tal como o IBGE, consideramos como motivos associados ao desalento as seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) ser considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

GRÁFICO 15
Proporção de desalentados em relação à PIA
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 16
Transição de desalentados
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

2 ANÁLISE DOS DADOS DESAGREGADOS

Os dados desagregados da PNAD Contínua trimestral, descritos na tabela 1, mostram que, no último trimestre de 2020, na comparação interanual, o desemprego avançou em todos os segmentos pesquisados.

O recorte regional mostra que, embora comum a todas as regiões, a desocupação registrou os maiores incrementos no Nordeste e no Sudeste. No primeiro, o desemprego passou de 13,6% para 17,2%, impactado, principalmente, por Alagoas e Pernambuco, cujas taxas aceleraram de 13,6% e 14,0% para 20,0% e 19,0%, respectivamente. No Sudeste, o avanço de 11,4% para 14,8% teve como principal fator de contribuição o aumento do desemprego no Rio de Janeiro, com taxa de 19,4%, ou seja, 5,7 p.p. acima da observada em 2019.

No caso das regiões metropolitanas e não metropolitanas, a PNAD Contínua mostra que houve alta do desemprego nos dois grupos, de modo que as taxas de desocupação passaram de 12,5% e 9,7%, em 2019, para 16,8% e 11,7%, em 2020. Já a abertura por gênero mostra que a alta do desemprego de 2,7 p.p. para os homens e de 3,3 p.p. para as mulheres, entre 2019 e 2020, ratifica a tendência de um desemprego bem maior para o sexo feminino (16,4%), relativamente ao masculino (11,9%). Em relação à posição familiar, os dados revelam que, enquanto a taxa de desemprego entre os não chefes de família avançou de 14,0% para 17,4%, a dos chefes de família subiu de 7,2% para 9,5%.

TABELA 1
Taxa de desemprego
(Em %)

	2018				2019				2020			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Brasil	13,1	12,4	11,9	11,6	12,7	12,0	11,8	11,0	12,2	13,3	14,6	13,9
Centro-Oeste	10,5	9,5	8,9	8,5	10,8	10,3	10,2	9,3	10,6	12,5	12,7	11,8
Nordeste	15,9	14,8	14,4	14,4	15,3	14,6	14,4	13,6	15,6	16,1	17,9	17,2
Norte	12,7	12,1	11,5	11,7	13,1	11,8	11,7	10,6	11,9	11,8	13,1	12,4
Sudeste	13,8	13,2	12,5	12,1	13,2	12,4	11,9	11,4	12,4	13,9	15,4	14,8
Sul	8,4	8,2	7,9	7,3	8,1	8,0	8,1	6,8	7,5	8,9	9,4	8,2
Masculino	11,6	11,0	10,5	10,1	10,9	10,3	10,0	9,2	10,4	12,0	12,8	11,9
Feminino	15,0	14,2	13,6	13,5	14,9	14,1	13,9	13,1	14,5	14,9	16,8	16,4
18 a 24 anos	28,1	26,6	25,8	25,2	27,3	25,8	25,7	23,8	27,1	29,7	31,4	29,8
25 a 39 anos	11,9	11,5	11,0	10,7	11,9	11,1	10,8	10,3	11,2	12,9	14,2	13,9
40 a 59 anos	7,8	7,5	6,9	6,9	7,5	7,2	7,1	6,6	7,5	8,7	9,9	9,0
Mais de 60 anos	4,6	4,4	4,5	4,0	4,5	4,8	4,6	4,2	4,4	4,8	5,1	5,0

(Continua)

(Continuação)

	2018				2019				2020			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Não chefe de família	17,2	16,3	15,6	15,3	16,6	15,5	15,1	14,0	15,4	16,5	18,0	17,4
Chefe de família	8,1	7,8	7,3	7,1	7,9	7,7	7,6	7,2	8,2	9,4	10,3	9,5
Fundamental incompleto	12,0	11,4	11,0	11,0	11,3	10,9	11,1	10,4	11,1	12,9	14,0	13,0
Fundamental completo	14,8	13,8	13,5	13,5	13,9	13,9	13,8	12,3	13,8	15,8	16,9	16,0
Médio incompleto	22,0	21,1	20,9	19,7	22,1	20,5	20,6	18,5	20,4	22,4	24,3	23,7
Médio completo	14,9	14,0	13,2	12,8	14,6	13,6	12,9	12,2	14,1	15,3	17,0	16,1
Superior	8,7	8,4	7,8	7,5	8,6	8,1	7,7	7,3	8,2	8,6	9,3	9,2
Região metropolitana	14,7	14,4	13,8	13,3	14,3	13,8	13,4	12,5	13,8	15,7	17,4	16,8
Região não metropolitana	11,9	10,9	10,4	10,3	11,5	10,6	10,5	9,7	11,0	11,5	12,4	11,7

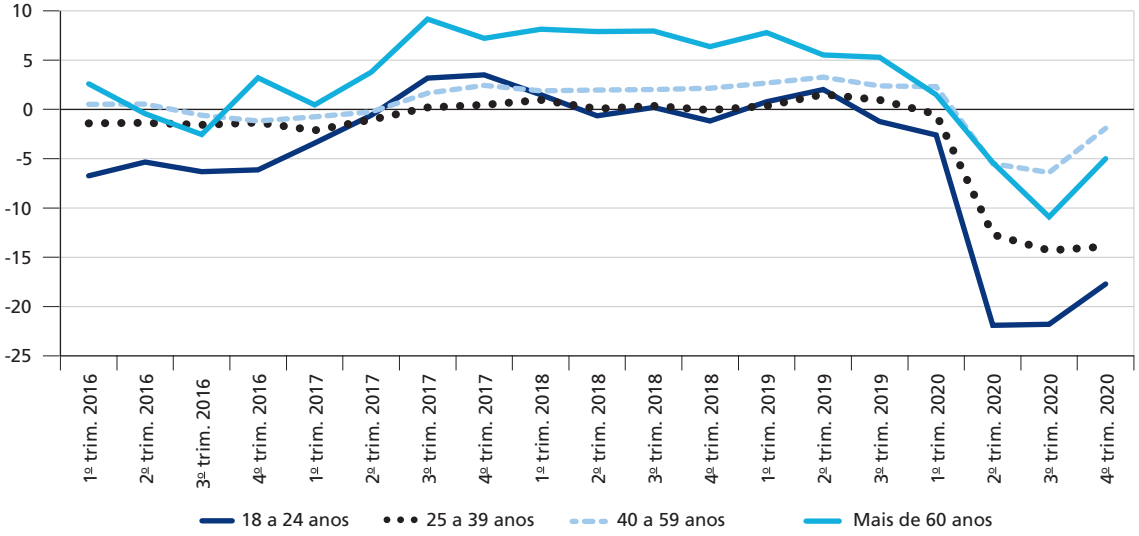
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

A desagregação por faixa etária mostra que a taxa de desocupação mais elevada continua sendo a do grupo mais jovem (29,8%), que registrou a maior alta absoluta (6 p.p.). Em termos relativos, na comparação interanual para o quarto trimestre de 2020, os maiores incrementos no desemprego foram verificados nos segmentos de 25 a 39 anos (13,9% ante 10,3%) e de 40 a 59 anos (9,0% ante 6,6%). Nota-se ainda que, mais uma vez, a taxa de desemprego dos mais idosos não só apresenta o menor nível (5,0%), como foi o que menos avançou, seja em termos absolutos (0,8 p.p.), seja em termos relativos (19,0%).

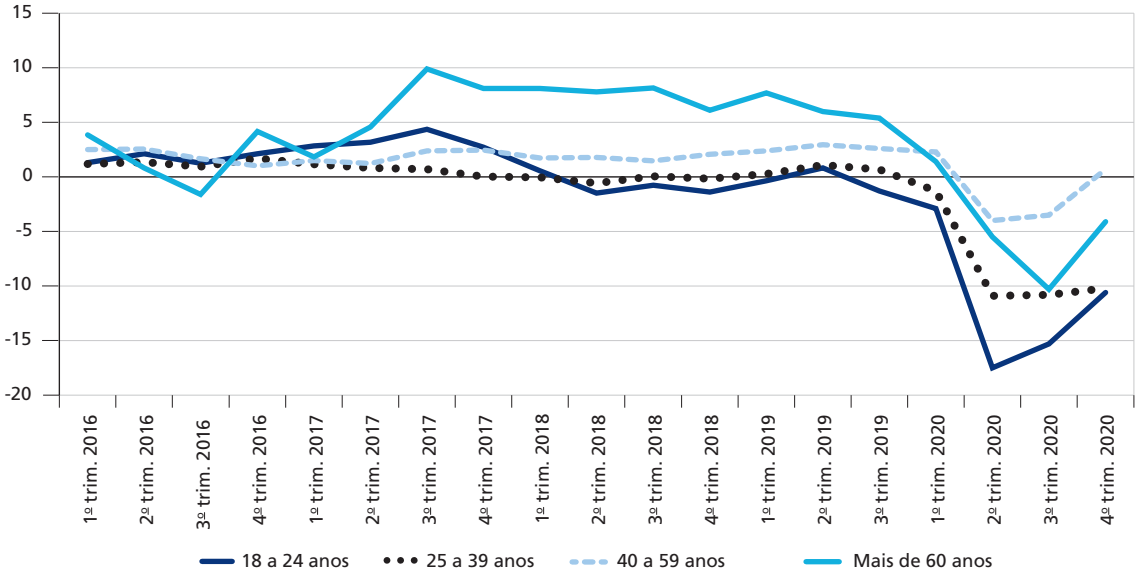
A análise dos fatores determinantes desse comportamento da desocupação entre as faixas etárias (gráfico 17) revela que, à exceção do grupo com idade entre 40 e 59 anos, cuja força de trabalho registrou leve alta de 0,7% no último trimestre, todos os demais segmentos apontaram retração da população economicamente ativa (PEA), com destaque para os mais jovens (-10,6%) e para os que têm entre 25 e 39 anos (-10,2%). De modo similar, as quedas na ocupação foram apontadas nos grupos de 18 a 24 anos (-17,7%) e de 25 a 39 anos (-13,9%). Em relação ao segmento de maior faixa etária, os dados mostram um recuo de 5,0% da população ocupada, levemente superior ao apontado pela força de trabalho (-4,1%).

GRÁFICO 17
População ocupada e PEA – por faixa etária (1º trim. 2016-4º trim. 2020)
(Em %)

17A – População ocupada



17B – PEA



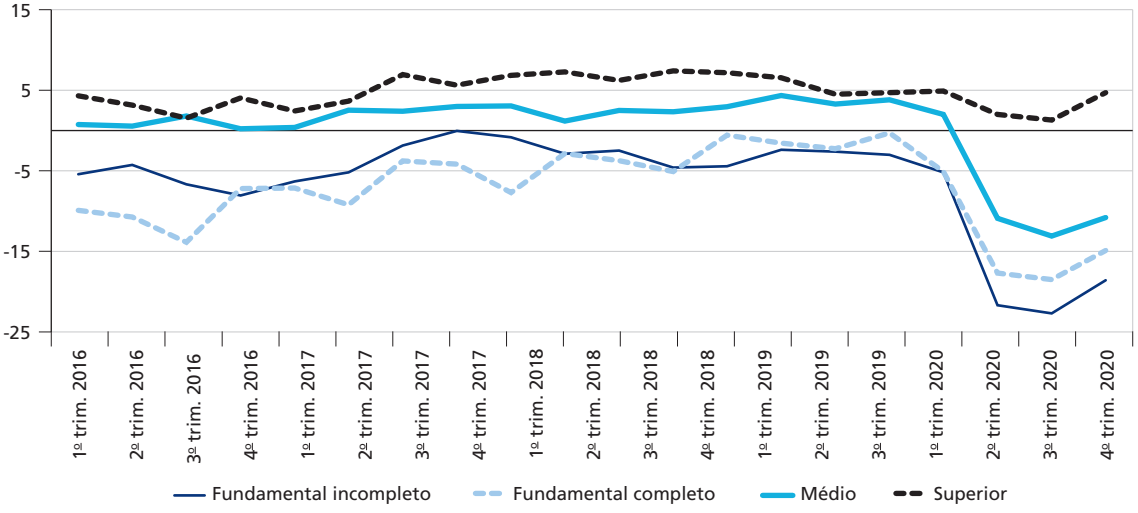
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.
Obs.: Variação interanual.

Por fim, o recorte por grau de escolaridade sinaliza um aumento da desocupação em todos os níveis educacionais, com destaque negativo para os segmentos dos trabalhadores com ensino médio incompleto e completo, cujas taxas saltaram de 18,5% e 12,2% para 23,7% e 16,1%, respectivamente, entre 2019 e 2020. No caso dos trabalhadores com ensino superior, nota-se que, apesar da alta de 1,9 p.p. em 2020, esse grupo ainda apresenta uma taxa de desocupação bem menos elevada (9,2%), relativamente às demais faixas de escolaridade.

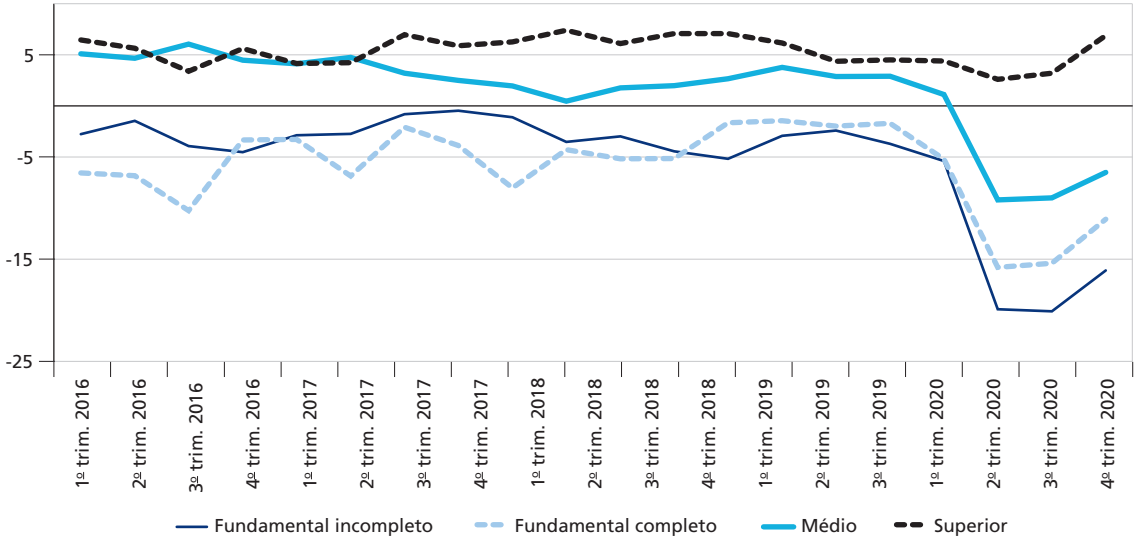
Por certo, chama a atenção que, mesmo diante da forte crise que se abateu no mercado de trabalho, a ocupação dos trabalhadores com maior nível educacional não só continua se expandindo, como vem acelerando (gráfico 18A). No quarto trimestre de 2020, o contingente de ocupados com ensino superior apontou crescimento de 4,7% na comparação com 2019, cujos efeitos sobre a desocupação, entretanto, foram anulados por uma expansão ainda maior (6,9%) da sua força de trabalho (gráfico 18B).

GRÁFICO 18
População ocupada e PEA – por grau de instrução (1º trim. 2016-4º trim. 2020)
(Em %)

18A – População ocupada



18B – PEA



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.
Obs.: Variação interanual.

3 EMPREGO SETORIAL

De acordo com a tabela 2, é possível perceber que, embora o impacto negativo da pandemia sobre a ocupação tenha ocorrido em praticamente todos os setores, a contração foi bem mais intensa nos segmentos dos serviços, especialmente em *alojamento e alimentação* e *serviços domésticos*. Se no primeiro caso a queda de 28% no quarto trimestre reflete a paralisação quase total dessas atividades desde março de 2020, dadas as medidas adotadas de isolamento social, no segundo o aumento do trabalho remoto e a perda de renda das famílias geraram um movimento de dispensa dos trabalhadores domésticos, cujo contingente recuou 23%. Em contrapartida, o setor agropecuário e o de administração pública já apresentam expansão da ocupação, refletindo o bom desempenho do agronegócio nos últimos trimestres e o aumento das contratações de profissionais de saúde, respectivamente.

Deve-se registrar, no entanto, que, embora ainda apresentem retração da população ocupada, os setores industriais, da construção civil, do comércio e dos serviços de informação, comunicação e atividades financeiras e imobiliárias vêm reduzindo suas taxas de retração da ocupação, sinalizando uma leve melhora do dinamismo do mercado de trabalho no final de 2020.

TABELA 2
População ocupada por setores – variação interanual (4º trim. 2018-4º trim. 2020)
(Em %)

	4º trim. 2018	1º trim. 2019	2º trim. 2019	3º trim. 2019	4º trim. 2019	1º trim. 2020	2º trim. 2020	3º trim. 2020	4º trim. 2020
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0,0	0,1	2,8	-2,0	-0,7	-1,9	-7,8	-2,7	2,7
Indústria geral	-1,1	0,7	1,0	1,8	3,3	1,5	-10,5	-12,2	-10,3
Indústria de transformação	-1,1	0,9	0,8	1,3	3,0	1,1	-11,1	-11,9	-8,8
Construção	-1,7	-0,3	0,9	1,3	0,2	-2,1	-19,4	-16,6	-11,8
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	-0,4	0,7	1,1	0,9	1,5	-0,9	-13,0	-13,5	-10,9
Transporte, armazenagem e correio	4,5	4,4	4,8	6,1	3,1	1,7	-10,7	-15,5	-12,8
Alojamento e alimentação	2,8	3,1	4,4	2,2	5,2	-1,3	-26,0	-29,9	-27,7
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2,2	4,1	6,2	4,0	2,1	1,5	-4,2	-6,5	-1,2
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3,6	3,2	2,4	1,4	1,3	3,4	2,1	-1,9	0,7
Outro serviço	5,6	3,8	5,6	1,7	4,5	2,1	-17,5	-20,8	-18,5
Serviço doméstico	-2,1	-1,3	1,3	1,4	2,1	-2,2	-24,7	-26,5	-22,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Na desagregação da população ocupada por setor e tipo de vínculo, observa-se que, no quarto trimestre de 2020, houve uma retração mais significativa do emprego informal (sem carteira), principalmente nos segmentos da extrativa mineral, dos serviços de utilidade pública e de transportes (tabela 3). Nota-se que a extrativa mineral e os serviços de utilidade pública também são os setores que apresentam maior retração no contingente de trabalhadores por conta-própria, além do segmento de alojamento e alimentação. Já as maiores quedas do emprego com carteira estão nos setores de serviços pessoais, de alojamento e alimentação e domésticos.

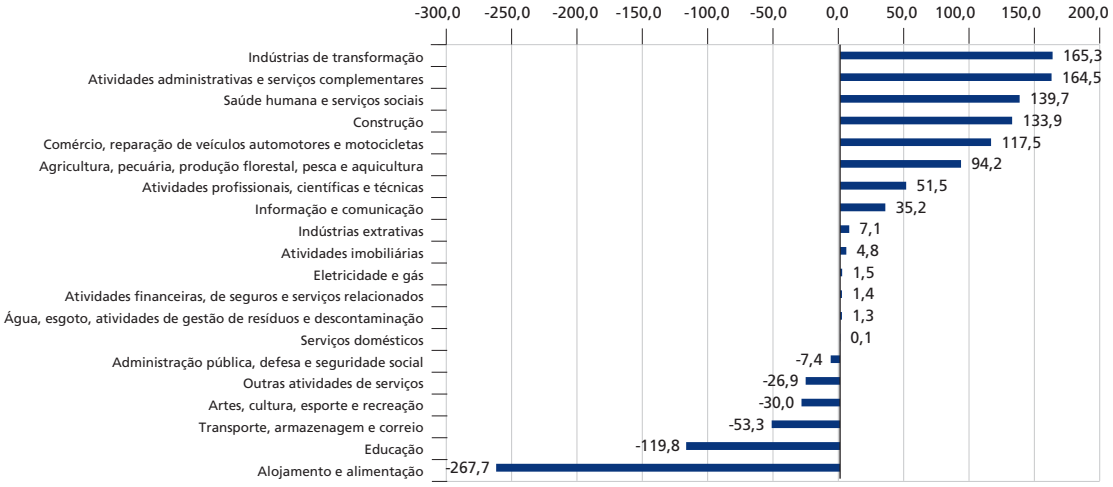
TABELA 3
População ocupada por setores e posição na ocupação – variação interanual (4º trim. 2020)
(Em %)

	Com carteira	Sem carteira	Conta-própria
Total	**-8,0**	**-14,3**	**-5,2**
Agricultura	-9,2	-3,4	12,9
Indústria de transformação	-7,7	-18,2	-5,8
Indústria extrativa	-5,9	-43,2	-52,3
Serviços industriais de utilidade pública	-17,1	-21,1	-67,1
Construção civil	-13,7	-11,8	-11,0
Comércio	-11,2	-15,2	-8,4
Informática, financeira, serviços a empresas	-4,8	-4,1	10,2
Transporte	-13,3	-27,5	-7,1
Serviços pessoais	-30,6	-16,7	-14,2
Administração pública	5,7	-6,3	-
Saúde e educação	2,6	-14,3	5,6
Alojamento e alimentação	-38,8	-22,3	-19,1
Serviços domésticos	-27,6	-20,2	-

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Deve-se pontuar, no entanto, que a análise setorial feita com base nos dados do Novo Caged – restrita apenas ao setor formal – mostra um desempenho bem mais favorável entre vários segmentos da economia. Segundo o gráfico 19, observa-se que, nos últimos doze meses encerrados em fevereiro, treze dos dezenove setores destacados apresentaram uma expansão da sua população ocupada por meio da criação de novos postos de trabalho. Em termos absolutos, os setores que mais geraram vagas foram a indústria de transformação; os serviços administrativos e complementares; saúde e serviços sociais; e a construção civil.

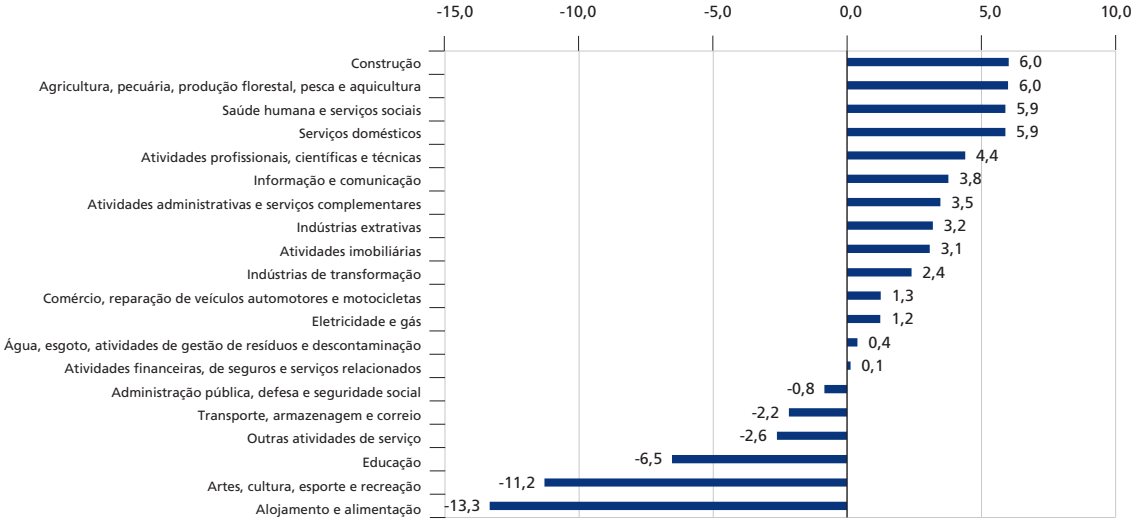
GRÁFICO 19
Saldo de empregos formais: por setor – Novo Caged (mar. 2020-fev. 2021)
(Em 1 mil unidades)



Fonte: Novo Caged/Secretaria de Trabalho.
Elaboração: Ipea.

Com a incorporação desses resultados, em fevereiro de 2021, o estoque de trabalhadores celetistas medido pelo Novo Caged cresceu, na comparação interanual, em dezesseis setores, com destaque para a construção, a agropecuária, os serviços de saúde e domésticos, com taxa de expansão da ordem de 6,0% (gráfico 20).

GRÁFICO 20
Variação interanual do estoque de trabalhadores celetista: por setor – Novo Caged (fev. 2021)
(Em %)



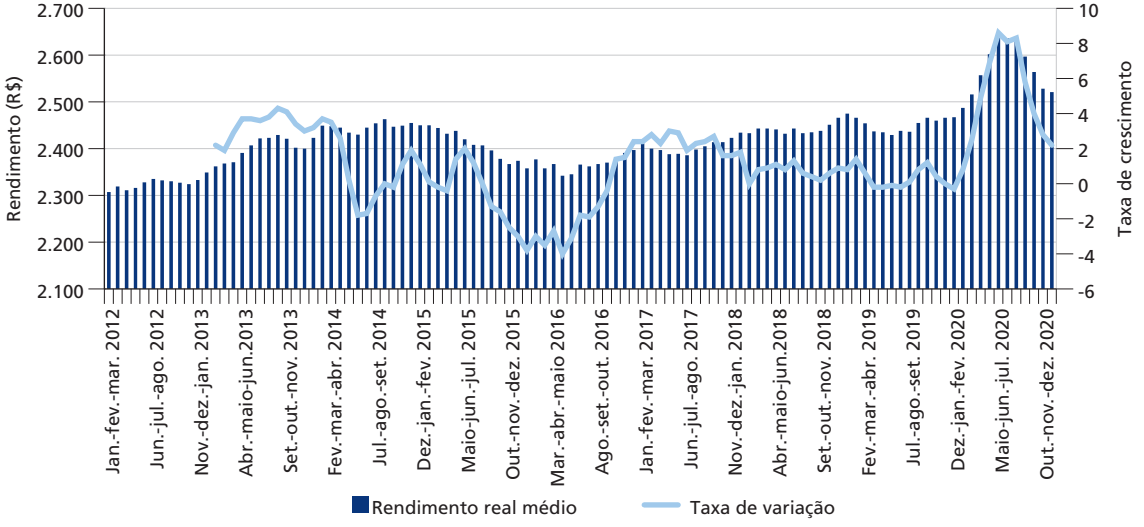
Fonte: Novo Caged/Secretaria de Trabalho.
Elaboração: Ipea.

4 JORNADA DE TRABALHO E RENDIMENTOS

Além do aumento no número de pessoas sem trabalho observado sob a pandemia da Covid-19, houve movimentos importantes na intensidade do trabalho que as ocupadas realizam e nos rendimentos que dele obtêm. Segundo a PNAD Contínua, houve queda expressiva das horas semanais efetivamente trabalhadas. Estas se descolaram das jornadas habituais, mais estáveis em torno de 39,5 horas semanais, e chegaram a 30,7 horas (ou 78% do habitual) no segundo trimestre de 2020, voltando a convergir ao longo do segundo semestre.

Como a queda da ocupação foi mais intensa no setor informal e entre trabalhadores de menor escolaridade e remuneração, as pessoas com rendimentos mais elevados passaram a ter um peso maior e, em consequência, o rendimento médio habitual dos que remanesceram ocupados subiu desde o início da pandemia, conforme mostrado no gráfico 21.

GRÁFICO 21
Rendimento habitual médio – PNAD Contínua



Fonte: PNAD Contínua/IBGE
Elaboração: Ipea.
Obs.: Valor absoluto e taxa de variação interanual.

Os resultados, segundo diversos recortes apresentados na tabela 4, mostram um padrão semelhante ao longo dos grupos: em geral os rendimentos habituais cresceram em 2020, consideravelmente nos segundo e terceiro trimestres, enquanto, no mais das vezes, os rendimentos efetivos registraram quedas após o primeiro trimestre.

TABELA 4
Crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados em 2020, habitual e efetivo – PNAD Contínua
(Em %)

	Renda habitual 2020				Renda efetiva 2020			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Centro-Oeste	-3,3	2,6	6,8	2,6	-4,45	-3,19	3,14	0,98
Nordeste	0,4	7,0	5,3	0,1	1,26	-1,29	-0,73	-1,97
Norte	0,3	12,7	4,3	1,5	1,24	5,67	0,89	0,52
Sudeste	2,7	7,8	10,9	4,0	1,69	-1,96	3,80	-1,30
Sul	-1,9	3,2	4,5	3,0	-0,93	-2,54	-1,26	0,01
Masculino	1,6	6,3	6,5	1,4	1,84	-1,60	0,37	-2,65
Feminino	-0,3	7,4	10,8	4,7	-1,40	-1,39	4,59	1,38
14 a 24 anos	1,8	5,8	5,9	0,7	1,86	0,34	1,34	-2,81
25 a 39 anos	0,4	4,9	3,4	-1,4	0,09	-1,64	-1,51	-3,86
40 a 59 anos	1,0	4,4	7,3	2,5	0,60	-4,35	1,36	-1,31
60 anos ou mais	-2,3	9,8	16,6	5,8	-2,07	-2,31	5,19	-1,66
Não chefe de família	1,9	6,0	7,2	0,8	1,33	-1,13	1,63	-2,62
Chefe de família	0,5	7,2	8,7	4,0	0,47	-1,94	2,15	-0,04
Fundamental incompleto	0,5	3,4	4,2	2,1	1,48	-6,47	-2,34	-1,94
Fundamental completo	-2,7	4,0	3,5	1,9	-2,96	-7,42	-2,86	-1,89
Médio incompleto	-2,1	4,8	3,9	-1,5	-1,00	-5,22	-2,33	-5,43
Médio completo	-1,5	1,5	1,0	-3,5	-2,21	-7,36	-4,84	-7,27
Superior	-0,8	0,5	2,1	-3,8	-1,31	-6,31	-3,67	-7,28
Região metropolitana	0,4	7,8	8,6	1,8	-0,28	-0,96	1,14	-2,37
Região não metropolitana	1,3	6,5	8,5	4,6	1,54	-1,24	3,83	1,26

Fonte: PNAD Contínua/IBGE
Elaboração: Ipea.
Obs.: Variação interanual.

A massa de rendimentos efetivos, no entanto, caiu, puxada pela queda da ocupação e das horas médias efetivamente trabalhadas. Na comparação entre os últimos trimestres de 2019 e 2020, chegou a 10%. Já para o trimestre móvel encerrado em janeiro de 2021, a massa de rendimentos do trabalho efetivamente recebidos ainda foi 11,1% menor que a de um ano antes.

A nota destaca ainda a grande proporção de domicílios sem qualquer renda do trabalho no país. Esta saltou de 25% no primeiro trimestre para 31,5% no segundo e fechou 2020 em 29% no quarto trimestre. Houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda do trabalho mais baixa e uma diminuição da proporção nas demais faixas.

5 PERSPECTIVAS

Os indicadores mostram que o mercado de trabalho estava em meio a um processo, ainda que lento e incipiente, de recuperação no final de 2020. Todavia, as novas ondas de contágio já no final daquele ano, e, principalmente, no primeiro trimestre de 2021, acarretaram a necessidade de novas medidas restritivas à mobilidade e indutoras do isolamento social, o que acabou jogando por terra a esperança de continuidade daquele processo. Nesse cenário, as perspectivas para o mercado de trabalho sinalizam, pelo menos no curto prazo, um ambiente de deterioração do desempenho, conjugando desemprego, subocupação e desalento em níveis elevados. Com isso, a taxa de desocupação apresenta uma perspectiva de crescimento, principalmente entre os contingentes mais frágeis, mormente os mais jovens e pouco instruídos.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial
Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia
Rafael Augusto Ferreira Cardoso
Samuel Elias de Souza

Supervisão
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Everson da Silva Moura

Editoração
Aeromilson Trajano de Mesquita
Anderson Silva Reis
Cristiano Ferreira de Araújo
Danilo Leite de Macedo Tavares
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISSN 1676-0883

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA ECONOMIA